

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 301/2014

DEBATE SOBRE PETRÓLEO

A Associação dos Funcionários do BNDES promoveu na semana passada, dentro de um ciclo de debates sobre questões de importância para nós brasileiros, um encontro de mais elevado nível sobre o petróleo, com duas exposições brilhantes, luminosas, do grande, competente e honrado ex-diretor da Petrobrás, Guilherme Estrela, certamente um dos maiores destaques da Empresa em sua exitosa história, e do grande, também competente e honrado, presidente da Associação dos engenheiros da Petrobrás, Fernando Siqueira.

As exposições foram densas de conteúdo e altamente esclarecedoras sobre os aspectos mais relevantes da questão. Deixaram clara a importância estratégica, decisiva no mais alto grau, do abastecimento de petróleo para a segurança da maior potência mundial de todos os tempos, os Estados Unidos da América. Deixaram clara a ameaça potencial que o Brasil representa, como líder da América do Sul e associado aos BRICS, para a perda do comando exercido pela grande potência, através de uma reestruturação do poder mundial por ação desses BRICS, criando um novo FMI, um novo banco mundial, uma nova moeda internacional. Deixaram absolutamente clara a importância da dimensão política nas decisões maiores relativas à exploração da gigantesca reserva petrolífera brasileira do pré-sal.

E é precisamente neste campo, da política, que as avaliações, as previsões e as decisões são mais complexas e difíceis. São avaliações e decisões que têm muito pouco amparo da ciência e da técnica, e têm que se apoiar quase exclusivamente na experiência e na sensibilidade política dos comandantes e seus assessores; no talento dos estadistas, que compreende um largo espectro de qualidades desde a inteligência e a intuição, até a dedicação e a coragem.

No caso específico em debate, o Brasil, após uma descoberta excepcionalmente importante conseguida pela ciência, pela competência, e pelo esforço de sua empresa nacional maior, o Brasil, por iniciativa do seu governo e com aprovação do seu parlamento e da sua opinião pública, o Brasil tomou a decisão, de grande importância estratégica, de mudar o marco legal para a exploração do petróleo submarino, afim de garantir condições absolutamente essenciais aos seus interesses nacionais: 1) o controle da produção pelo Estado Brasileiro, através da PPSA, uma empresa pública específica criada para este fim, que vai ditar o ritmo e as condições de segurança desta extração (este ritmo terá de levar em conta, realisticamente, politicamente, negociadamente, os interesses também dos Estados Unidos); 2) o domínio da tecnologia em permanente evolução e aperfeiçoamento, através do monopólio de operação da Petrobrás, sem restrições nem negociações; 3) o desenvolvimento de uma indústria nacional de fornecimento dos equipamentos para esta exploração, de alto potencial de criação tecnológica, fruto da ação da Petrobrás; 4) a garantia de uma participação mínima na posse do petróleo extraído e de uma contribuição substancial, através de impostos e de royalties, para o desenvolvimento do País.

Este novo marco (o regime de partilha) foi amplamente discutido e negociado, no confronto entre posições que não o queriam e outras que queriam mais. Tive oportunidade de acompanhar a importante participação do Clube de Engenharia que estava entre os que queriam mais. Finalmente foi aprovado pelo Congresso com profundo grau de assentimento e concordância dos brasileiros em geral. O Clube de Engenharia, como todos, reconheceu a relevância do grande avanço. Foi, porém, uma decisão que feriu gravemente enormes interesses internacionais desacostumados à desobediência de suas afirmações.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturninobraga@saturninobraga.com.br
www.saturninobraga.com.br

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 301/2014

A Potência Maior não deixou por menos: enviou seu Presidente ao Brasil para conversar com a nossa Presidenta. Não há documentos dessa conversa, e nem o Wikileaks tornará público o seu conteúdo. Entretanto, ora, a experiência e o bom senso podem reproduzir o seu teor: nenhuma ameaça direta ou explícita mas uma manifestação respeitosa da preocupação com o abastecimento do seu grande país que, nas próximas décadas, passará a depender mais da América do Sul e da África do que do Oriente Médio. O símbolo desta preocupação, obviamente não referido no encontro, é o reaparecimento da sexta frota no Atlântico Sul.

Implicitamente, há de fato uma ameaça do Grande Poder, e ela pode, em caso extremo, ser posta em prática armada. Entretanto, não há ainda caso extremo, como havia em 64 para eles, com a provocação soviética em Cuba. E o Brasil não é o Iraque nem o Irã; não há para nós, portanto, uma ameaça externa física a enfrentar e resistir com altivez e soberania, sem genuflexão. A consideração da dimensão política decisiva se refere não a uma ameaça externa direta mas à sua atuação sobre a política interna, à existência, dentro da Nação Brasileira, de interesses e opiniões favoráveis à manutenção da velha submissão apelidada de aliança tradicional americana e ocidental. E esta parcela da Nação Brasileira tem meios midiáticos fortes e aliados internacionais muito poderosos e muito competentes; essa parcela brasileira tem por isso mesmo capacidade política de crescer bastante, ganhando frações mais hesitantes da opinião nacional, caso o governo não considere a sua existência e não tempere suas decisões com algumas concessões políticas ao Grande Capital para evitar a radicalização de posições. O perigo a considerar, enfim, não é o da sexta frota mas o da divisão política radical e profunda da Nação Brasileira, como houve em 64, e como está havendo hoje, claramente, na Venezuela.

O perigo está na capacidade dessas forças contrárias para sabotar a economia, fabricar escândalos e puxar a inflação, como fizeram com Getúlio e Jango, eu me lembro bem; como fizeram com Allende e com Hugo Chávez. Este era um grande líder do exército venezuelano e teve força para resistir; ninguém sabe até quando seu sucessor resistirá.

O Brasil está num processo político que desafia o Grande Capital, como muito bem ressaltou Guilherme Estrela: um repúdio ao neoliberalismo, uma retomada do desenvolvimentismo intervencionista com uma nova dimensão social e um novo posicionamento nas relações internacionais, liderando a América do Sul e participando do grupo dos BRICS. Um processo político que se iniciou com a eleição de Lula em 2002 e vai enfrentar uma batalha decisiva em outubro próximo. Há por isto mesmo uma forte campanha do Grande Capital contra o Brasil nos dias que correm, liderada pelo "Economist", o órgão mais representativo desses interesses. Uma campanha que aproveita e alavanca as manifestações de descontentamento com a Copa. Uma campanha que, internamente, estrategicamente, procura separar e confrontar Dilma com Lula, como se fossem muito diferentes, como se Lula não fosse o principal assessor político, conselheiro e líder da Presidenta presente nessas decisões sobre petróleo.

São tão competentes esses articuladores da volta ao neoliberalismo que chegam a convencer alguns nacionalistas mais intransigentes de que Dilma e FHC são praticamente a mesma coisa (!). Como se Dilma tivesse vendido um terço das ações da Petrobrás em Nova Iorque e fosse vender outro terço, se reeleita. Como se no próximo pleito de outubro isto não estivesse em jogo.

Acho que disse o principal do que ouvi naquele importante debate; é realmente impossível resumir tudo num artigo de três páginas. E finalizo chamando a atenção para a entrevista imperdível de Lula na Carta Capital desta semana, que comentarei no próximo Correio.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturninobraga@saturninobraga.com.br
www.saturninobraga.com.br